

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 171.195 - SP (2020/0059959-0)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CRIMINAL DE SUZANO
- SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA CRIMINAL DE BELEM -
PA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ESTELIONATO. TRANSFERÊNCIA DE VALORES. TERCEIRA SEÇÃO. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO NOS AUTOS DO CC N. 169.053/DF. CONSUMAÇÃO NO LOCAL DA OBTENÇÃO DA VANTAGEM PELO AGENTE ATIVO. PRECEDENTES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência entre o i. **Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Suzano - SP**, suscitante, em face do i. **Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal de Belém - PA**, ora suscitado, nos autos de inquérito policial instaurado para apurar a prática de suposto delito de estelionato, previsto no Artigo 171, **caput**, do Código Penal Brasileiro.

Extraí-se do autos, que a vítima conheceu uma pessoa identificada como "*Kelvin*" por meio do aplicativo "*twoo*", e que após conversarem, este solicitou dinheiro à vítima, que efetuou depósito de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) em conta bancária de titularidade de Keyla Ayres Silva.

Conforme o constante dos autos, a vítima teria realizado depósito de sua conta corrente localizada em agência bancária situada em Belém - PA, para a conta bancária localizada em agência bancária situada em Suzano - SP.

Diante disso, o **Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal de Belém -**

PA, declinou da competência para a Comarca de Suzano - SP, sob o fundamento de que a competência é determinada pelo local em que se consuma a infração, ou seja, onde se localiza a conta bancária para onde os valores foram transferidos (fls. 61 - 65).

Recebidos os autos, o **Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Suzano - SP** suscitou o presente conflito sob a alegação de que o local da consumação do delito foi onde ocorreu o efetivo prejuízo à vítima, no caso, seria na Comarca de Belém - PA (fls. 74 - 75).

O **Ministério Público Federal** opinou no sentido de conhecer o conflito para declarar a competência do **Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Suzano - SP**, o suscitante, conforme ementa a seguir (fls. 84 - 86):

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. Conflito negativo de competência. Estelionato. Depósito. Agência bancária em que foi obtida a vantagem ilícita localizada no Município de Suzano/SP. Entendimento da Terceira Seção desse Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "na situação em que a vítima, induzida em erro, se dispõe a efetuar depósitos em dinheiro e/ou transferências bancárias para a conta de terceiro (estelionatário), a obtenção da vantagem ilícita por certo ocorre quando o estelionatário efetivamente se apossa do dinheiro, seja dizer, no momento em que ele é depositado em sua conta" (CC 167.025/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2019, DJe 28/08/2019).

Parecer pelo conhecimento do conflito, para que seja declarada a competência do Juízo suscitante."

É o relatório.

Decido.

O conflito de competência ocorre quando duas ou mais autoridades se julgam competentes (positivo), incompetentes (negativo), ou quando houver divergência sobre a junção de processos, nos termos do artigo 114 do Código de Processo Penal.

No caso concreto, tem-se conflito negativo existente entre Juízos vinculados a Tribunais diversos, logo, deve ser dirimido por este **Superior**

Tribunal de Justiça, nos termos do art. 105, I, "d", da Constituição Federal.

O cerne do presente conflito cinge-se a verificar o juízo competente para processar e julgar a suposta prática do crime de estelionato, previsto no artigo 171, caput, do Diploma Penal.

Cumprе registrar inicialmente, que em se tratando de crime de estelionato com transferência de valores, a **Terceira Seção** entendia ser competente o foro do local do efetivo prejuízo à vítima, onde estaria consumado o delito (CC 168.077/SP, **Terceira Seção**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, julgado em 23/10/2019, DJe 30/10/2019).

Contudo, no julgamento do Conflito de Competência n. 169.053/DF, em 19/12/2019, de relatoria do Ministro Sebastião Reis Júnior, a **Terceira Seção** alterou o entendimento, no sentido de que nos crimes de estelionato em que há transferência de valores a competência territorial para processo e julgamento do delito firmar-se-á observando a localidade da obtenção da vantagem, haja vista que o referido crime só se consuma quando o valor efetivamente ingressa na conta bancária do beneficiário do crime. Confira-se a ementa do julgado:

Confira-se a ementa do julgado:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. ESTELIONATO. DISSENSO ACERCA DO LOCAL DA CONSUMAÇÃO NA HIPÓTESE DE TRANSFERÊNCIA OU DEPÓSITO BANCÁRIO. DIVERGÊNCIA VERIFICADA ENTRE PRECEDENTES RECENTES DA TERCEIRA SEÇÃO. EQUACIONAMENTO DO TEMA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DO LOCAL DA AGÊNCIA BENEFICIÁRIA DO DEPÓSITO.

1. A jurisprudência da Terceira Seção desta Corte tem oscilado na solução dos conflitos que versam acerca de crime de estelionato no qual a vítima é induzida a efetuar depósito ou transferência bancária em prol de conta bancária do beneficiário da fraude.

2. Deve prevalecer a orientação que estabelece diferenciação entre a hipótese em que o estelionato se dá mediante cheque adulterado ou falsificado (consumação no banco sacado, onde a vítima mantém a conta bancária), do caso no qual o crime ocorre mediante depósito ou transferência bancária (consumação na agência beneficiária do depósito ou

transferência bancária).

3. Se o crime de estelionato só se consuma com a efetiva obtenção da vantagem indevida pelo agente ativo, é certo que só há falar em consumação, nas hipóteses de transferência e depósito, quando o valor efetivamente ingressa na conta bancária do beneficiário do crime.

4. No caso, considerando que a vantagem indevida foi auferida mediante o depósito em contas bancárias situadas em São Paulo/SP, a competência deverá ser declarada em favor daquele Juízo (suscitado).

5. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito do Foro Central Criminal da Barra Funda (DIPO 4) da comarca de São Paulo/SP, o suscitado. (CC 169.053/DF, Terceira Seção, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, julgado em 11/12/2019, DJe 19/12/2019)"

No caso, ao que se tem, o local da obtenção da vantagem indevida foi na Comarca de Suzano - SP, onde situada a conta bancária beneficiária do depósito.

Ante o exposto, conheço do presente conflito para declarar a competência do ilustre **Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Suzano - SP**, o suscitante.

P. e I.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator